

## EXTENSÃO NA UFU: ALGUMAS DIFICULDADES E PERSPECTIVAS

*Extension at UFU: some difficulties and perspectives*

Inês Luci Machado Carrijo\*  
Waldenor Barros Moraes Filho\*\*

**RESUMO:** *A Constituição Brasileira, ao mesmo tempo em que concebe as atividades de ensino, pesquisa e extensão como indissociáveis, não indica a fonte para garantir o financiamento das duas últimas, apontando apenas para uma possibilidade de fomento governamental, ficando a universidade com dificuldade para cumprir seu papel social de interação com as camadas mais empobrecidas da sociedade. A ausência de fomento governamental e a dificuldade de assegurarmos a extensão no orçamento próprio das nossas instituições têm levado as universidades a fortalecer os demais pilares da extensão, relativos à infra-estrutura física adequada, à informatização de processos para melhor gerenciamento, à divulgação das ações realizadas, além da organização das práticas extensionistas dentro dos parâmetros delineados pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, com ênfase na padronização de procedimentos metodológicos e de avaliação, em busca de maior visibilidade e de uma sistematização que a consolide como prática acadêmica universalmente institucionalizada.*

**UNITERMOS:** *Extensão Universitária; Institucionalização; Fomento*

**ABSTRACT:** *Although the Brazilian Constitution conceives the activities of teaching, extension and research at public universities, funded by the federal government, as basic and inseparable, it does not indicate the source of funding for both research and extension, making it difficult for the university to carry out its social role, especially concerning those activities aimed at underprivileged social groups. The absence of regular funding and the difficulty of inserting costs of extension activities in the specific university budgets has stimulated the institutions to strengthen other supporting components such as those related to adequate physical infrastructure, use of computer networks and data banks as a management tool, publication programs picturing actions taken and results achieved, besides the structuring of extension practices based on the principles delineated by the National Committee of Deans of Extension of Brazilian Public Universities, in search for greater visibility and for standard procedures which may help consolidate extension as an academic practice universally institutionalized.*

**KEYWORDS:** *University Extension; Institutionalization; Funding*

As políticas para a extensão nas universidades públicas brasileiras vêm sendo discutidas, defendidas e divulgadas no âmbito das universidades, pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e também pelo Ministério da Educação. O Relatório "Enfrentar e Vencer Desafios" procura ampliar o debate sobre a

\* Professora Mestre do Instituto de Biologia e Diretora de Extensão e Cultura da Universidade Federal de Uberlândia - 1996/2000.

\*\* Professor Mestre do Instituto de Letras e Linguística e Pró-Reitor de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis da Universidade Federal de Uberlândia - 1996/2000.

situação do ensino superior no Brasil, reportando-se à extensão:

*São considerados prioritários os programas de cooperação com as mais diversas instituições nacionais e internacionais voltados ao desenvolvimento do ensino superior. Também estão sendo fortemente incentivados os programas de extensão, que reforçam os laços com as comunidades externas à vida acadêmica, direta ou indiretamente interessadas nos serviços oferecidos pelas instituições de ensino superior, em especial no campo das consultorias técnicas especializadas (MEC/SESu, 2000:29).*

No entanto, os incentivos, até o momento, têm sido pautados num plano teórico e político, faltando o incentivo financeiro para a concretização das ações de extensão nas instituições públicas, que possa viabilizar o cumprimento do papel social da universidade, com participação efetiva na busca por soluções dos problemas comuns às comunidades excluídas ou em situação de risco. Ressalta-se a mudança nos procedimentos do governo referente à disponibilidade de recursos financeiros para as instituições, com a extinção do Programa de Fomento à Extensão Universitária – PROEXTE, em 1996, e com o tímido financiamento da extensão por meio de ações desarticuladas e pulverizadas nas diferentes agências governamentais. A mesma Constituição que aponta para a necessidade de existência, nas universidades, de um tripé indissociável composto pelo ensino, pela pesquisa e pela extensão, em seu Art. 213, § 2º, desobriga o estado do financiamento das ações de pesquisa e de extensão, quando afirma que (...) *as atividades universitárias de pesquisa e extensão poderão [ou não] receber apoio financeiro do Poder Público (Constituição Brasileira, 1988:119).*

Para que efetivamente ocorra a extensão, de uma maneira plena e efetiva, é fundamental não somente a existência de orçamento específico para a extensão, mas, principalmente, que essa extensão esteja definitivamente institucionalizada nas práticas universitárias, sejam elas acadêmicas ou administrativas: *além dos recursos para o financiamento da extensão, o processo de institucionalização depende do reconhecimento, nos níveis institucional e individual, da importância da atividade de extensão e da adequação da estrutura organizacional (Carrijo & Moraes Filho, 2000:75).* Torna-se difícil assegurar fomento para a extensão, enquanto houver, dentro da própria universidade, desconhecimento dos aspectos acadêmicos que lhe dão sustentação, assim como a falta de recursos humanos capacitados e de infra-estrutura adequada para a realização das ações planejadas. Não se faz extensão sem recursos orçamentários, mas também não se faz extensão sem recursos humanos ou físicos apropriados, muito menos sem a universalização dos conceitos e procedimentos metodológicos.

É preciso, portanto, que busquemos, permanentemente, encontrar meios para assegurar a institucionalização da extensão, com a criação de espaços e laboratórios adequados, com investimentos em tecnologia de suporte e redes de informática, com sua inserção nas estruturas curriculares, com a existência de quadros de talentos humanos, com programas de capacitação continuada dos servidores que dão suporte à extensão, com a padronização de procedimentos metodológicos e de avaliação e com a publicação ampla e irrestrita de todo o universo de ações realizadas, tentando dar maior visibilidade e credibilidade às ações de extensão.

Ao mesmo tempo em que é lamentável que ainda tenhamos que justificar a relevância da extensão para a formação plena do aluno cidadão e para a própria oxigenação do conhecimento na universidade, as ações delineadas pelo Fórum e aquelas de caráter específico e individual desencadeadas pelas instituições para assegurar o espaço e o *status* assegurado na Constituição têm contribuído, sobremaneira, para a construção de um modelo de extensão mais democrático e mais próximo da realidade das universidades, condizente com os aspectos teóricos e práticos concebidos ao longo dos anos. Ou seja, as limitações externas e internas têm, na verdade, impulsionado as universidades a se organizar internamente e em consórcios, a reavaliar e a rediscutir o papel da extensão na sua composição e na formação de alunos cidadãos plenos, socialmente comprometidos com a realidade a sua volta.

A Extensão que se faz hoje percorreu um longo caminho, desde suas primeiras ocorrências na universidade brasileira na primeira metade deste século, em uma seqüência que passa do assistencialismo para uma extensão acadêmica de caráter científico, integrada ao currículo e parte essencial na formação do cidadão. Segundo Faria (2000:16), a extensão universitária em nosso país está delimitada em três fases distintas, sendo as duas primeiras de cunho assistencialista – a primeira voltada para o atendimento de populações mais carentes com o estágio dos estudantes universitários; a segunda dando visibilidade à temática da cidadania; e a terceira, intensificada pelo fenômeno da globalização, o recrudescimento do liberalismo e a minimização do estado. Para esta terceira fase, Faria (2000:16) propõe o desafio para a sobrevivência da extensão nas universidades públicas brasileiras pautada na ausência de recursos governamentais que antes financiavam a prática social. A extensão acadêmica e de caráter científico desejada, resultante de estudos e reflexões ao longo dos anos, tenta se consolidar nesse panorama adverso do estado mínimo.

E, é neste contexto que fazemos esta reflexão – o confronto resultante ao se fazer extensão, principalmente aquelas atividades mais afetas às práticas sociais, na dependência direta de recursos financeiros governamentais, o reconhecimento da ação pelos dirigentes, docentes, técnicos administrativos, alunos e pelos conselhos superiores da instituição; a importância dada à ação extensionista por aquele que a executa e o seu retorno acadêmico e a adequação da estrutura organizacional. Quais destes pilares vêm dando suporte para que a extensão aconteça e de que maneira?

O desafio imposto às instituições públicas de educação superior vem sendo superado diferentemente por estas instituições, com alternativas próprias, seja no destino de bolsas de extensão previsto em seus orçamentos ou na proposição de regulamentação da atividade extensionista em créditos curriculares para os estudantes. No entanto, o que mais se verifica é o crescente número de publicações relacionadas à extensão, tais como revistas, folhetos informativos, manuais, catálogos decorrentes das ações extensionistas e livros com aprofundamento teórico sobre as questões de extensão, em um grande esforço para assegurar visibilidade à extensão. Em todos estes, encontramos diretrizes políticas, conceitos, documentos, artigos, relatos de experiências relacionados à extensão. Nas publicações, as ações de extensão sistematizadas e não sistematizadas vêm vencendo o processo do anonimato, e consolidando a sua identidade individual, e por conseguinte, institucional.

Nesse contexto, as ações de extensão na Universidade Federal de Uberlândia – UFU têm sentido o impacto da extinção do PROEXTE, desde 1996. A ausência de recursos tanto externos quanto internos tem dificultado a prática social da universidade com as co-

munidades mais excluídas, sem, no entanto, impedir que tais ações se realizem. Essa é uma das características da extensão – o seu poder de resistência. Superamos, parcialmente, o princípio da dependência direta de recursos financeiros governamentais e asseguramos a sobrevivência da extensão em nossa instituição, apesar das permanentes limitações financeiras a que fomos impostos. Esse poder de sobrevivência e de resistência pode ser facilmente comprovado pelas ações publicadas nos Catálogos de Extensão da UFU [Moraes Filho (org.), 1997, 1998, 1999, 2000], decorrentes de cadastros espontâneos no SIEX<sup>1</sup> pelos extensionistas da UFU.

Se não há recursos financeiros governamentais específicos, como os proponentes destas ações continuam fazendo extensão? De onde provêm tais recursos? Os professores extensionistas recorrem, muitas vezes, a recursos próprios, conseguem apoio de suas unidades e, juntos, percorremos caminhos no processo de firmar parcerias com órgãos governamentais e não-governamentais, empresas públicas e privadas, em busca de fomento ou apoio logístico. Aprimoramos a nossa capacidade de lidar com editais, convênios, contratos – tornamo-nos empreendedores nas relações administrativas com os poderes públicos e privados, o que não implica dizer que tais alternativas substituem a ausência da União, mas que encontramos meios de resistir. Mas até quando a universidade deverá realizar a extensão como uma atividade apêndice, quase que clandestina?

Precisamos fortalecer ainda um outro pilar: a importância da atividade de extensão para quem a pratica e para a instituição como um todo. Esta importância está também relacionada com as conseqüências e resultados da ação para a melhoria da qualidade de vida da comunidade e o seu retorno acadêmico. Juntamente com os executores das ações, os financiadores e a universidade reforçam o seu compromisso social. Neste sentido, a conscientização da comunidade universitária se faz presente ao tratar a extensão como atividade integrante do fazer universitário.

Ademais, muitas ações deixam de encontrar parceiros ou agências de fomento. Neste caso, “rompemos” a estrutura organizacional e potencializamos recursos físicos, humanos e financeiros existentes, mesmo sem orçamento específico. Este rompimento se faz estabelecendo parcerias internas, racionalizando meios e procedimentos e buscando recursos humanos, físicos, patrimoniais ou administrativos na própria instituição, sempre tomando como parâmetro o que diz a Constituição Brasileira, em seu Art. 207: (...) *as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão o princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão* (Constituição Brasileira, 1988:117).

Para que uma ação aconteça ou deixe de acontecer, o pilar organizacional necessita de reelaboração tanto na sua estrutura quanto na alocação de recursos financeiros, deixando, assim, de contribuir para a manutenção de um quadro diferenciado e hierárquico na produção do conhecimento, que, de maneira perversa e quase que “autofágica”, privilegia o ensino e a pesquisa em detrimento da extensão. E, novamente, buscamos documentos produzidos ao longo dos treze anos de existência do Fórum Nacional de Pró-Reitores das Universidades Públicas Brasileiras que subsidiam e justificam os procedimentos: *o Ensino, a Pesquisa e a Extensão devem receber o mesmo tratamento em relação ao planejamento orçamentário das Universidades, respeitando-se as características e necessidades específicas de cada área*<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> Sistema de Informações de Extensão. In: <http://www.proex.ufu.br/siex/index.html>

<sup>2</sup> Item 1.4 das Diretrizes Políticas constantes no Documento Final do V Encontro Nacional do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, realizado em São Luis – MA, nos dias 12, 13 e 14 de junho de 1991.

Desta forma, a adequação da estrutura organizacional perpassa a elaboração de novas resoluções, readequação das já existentes e cumprimento daquelas em vigor. Daí, a dependência direta do reconhecimento da ação extensionista pelos dirigentes, docentes, técnicos administrativos e alunos para o fortalecimento da extensão em nossas universidades. Este reconhecimento é reforçado na indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão na clássica definição de extensão universitária como *um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e sociedade (...)*<sup>3</sup> (Garrafa, 1989:109).

Na procura pela superação dos desafios para viabilizar a realização das ações extensionistas é que caminhamos em direção à institucionalização da extensão na UFU com base na estruturação de pilares que possam dar sustentação administrativa, teórico-conceitual, metodológica e organizacional.

Assim, na proposição e execução de ações por docentes, discentes e técnicos administrativos das unidades acadêmicas, na obtenção de recursos para o financiamento da extensão, no reconhecimento, institucional e individual, na importância da atividade de extensão e na adequação da estrutura organizacional visualiza-se a institucionalização da extensão.

O processo de institucionalização da extensão requer material de divulgação, seja por via impressa ou eletrônica, espaço físico com infra-estrutura tecnológica, laboratórios, recursos humanos habilitados a prestar informações e dar suporte administrativo às ações, a promoção de eventos para a elaboração, divulgação e sociabilização do conhecimento, a disponibilidade de acervo bibliográfico e bancos de dados, registro e arquivo da história da extensão, publicação de Catálogos, folhetos, CDROMs, revistas, anais e outros recursos. Nestes materiais devem constar diretrizes, conceitos, identificação de ações, definições, resoluções, enfim, o suporte bibliográfico para a apropriação das informações relacionadas à extensão.

Neste sentido, apresentamos um quadro<sup>4</sup> síntese com as principais finalidades e plano de ação, visando o Planejamento para a Extensão na Universidade Federal de Uberlândia.

FINALIDADE	PLANO DE AÇÃO
<b>Adaptar as Resoluções do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão à nova estrutura universitária e propor novas normas.</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Atualização das resoluções de ordem administrativa, estrutural e pedagógica, visando institucionalizar a extensão nos Cursos de Graduação e nas novas Unidades Acadêmicas.</li> <li>• Padronização de convênios com os municípios.</li> <li>• Normalização e institucionalização da prestação de serviços, assessorias e consultorias.</li> <li>• Estruturação e padronização de Núcleos e Coordenações de Extensão.</li> <li>• Reestruturação da PROEX, dando a esta o caráter exclusivo de Pró-reitoria de Extensão, com a eventual transferência da Diretoria de Assuntos Estudantis para a Pró-Reitoria de Graduação ou a criação de uma Pró-reitoria de Assuntos Estudantis.</li> </ul>

<sup>3</sup> O conceito de extensão foi elaborado durante o I Encontro Nacional do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidade Públicas Brasileiras, realizado na Universidade de Brasília, nos dias 4 e 5 de novembro de 1987, que contou com a participação de 33 universidades.

<sup>4</sup> Quadro apresentado para discussão durante o IV Seminário de Extensão da UFU, realizado de 6 a 8 de junho de 2000, publicado nos Anais do IV Seminário de Extensão: Institucionalização da Extensão Universitária, 2000: p. 159-162, reformulado em plenário e apresentado como Anexo na revista *Em Extensão*, 2(1): 75-79.

**Buscar financiamento para ações de Extensão.**

- Elaboração do planejamento e execução de projetos em parceria com outras Instituições públicas e privadas.
- Identificação de parcerias junto aos órgãos de fomento.
- Encaminhamento de projetos na busca de financiamentos extra-orçamentários.
- Criação de programa de bolsa para estagiários de extensão.
- Instituição do Programa de Apoio Integrado a Eventos.
- Garantia de recursos para extensão no orçamento da UFU.
- Acompanhamento do repasse do Fundo de Extensão previsto na Resolução 04/98 do CONDIR.

**Discutir, aprovar, no âmbito dos Conselhos Superiores, a política de Extensão da Universidade Federal de Uberlândia para os próximos anos e acompanhar sua implementação.**

- Estabelecimento de diretrizes para as atividades de Extensão, de acordo com a realidade social da região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.
- Organização de debates com a comunidade acadêmica e a sociedade sobre a Política de Extensão da UFU.
- Implementação de programas de educação a distância e fortalecimento dos Programas UFU Virtual e demais programas de EAD em parceria.
- Incorporação de atividades de extensão ao plano de trabalho docente das unidades acadêmicas.
- Fortalecimento do Conselho de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis como órgão coordenador das atividades de extensão na Instituição.
- Incentivo ao desenvolvimento de atividades de extensão nas Unidades Acadêmicas por meio da criação de Comissões ou Coordenações de Extensão.
- Organização da Extensão em Programas institucionais.
- Garantia da continuidade da organização das ações realizadas em torno de áreas temáticas e linhas programáticas.
- Divulgação das propostas e ações extensionistas aos docentes e alunos.
- Incentivo à realização de Programas de desenvolvimento regionais plurianuais.

**Divulgar as ações de Extensão.**

- Incentivo à produção de textos referentes as atividades de Extensão e à publicação na Revista *Em Extensão* e/ou em outras publicações semelhantes.
- Divulgação permanente da produção extensionista da UFU.
- Atualização e publicação anual, em versões impressa e eletrônica, do Catálogo de Especialidades e Guia de Fontes da UFU.
- Atualização e publicação anual, do Catálogo de Extensão, em versões impressa e eletrônica.
- Manutenção da *homepage* contendo informações atualizadas da extensão.
- Atualização e impressão anual de folderes institucionais.
- Garantia de continuidade e regularidade da Revista *Em Extensão*.

- Consolidação da Biblioteca de Extensão.
- Apoio à elaboração de vídeos, materiais impressos, CDROMs, cartilhas e assemelhados.
- Publicação mensal do PROEX-DIVULGA, divulgando as atividades da agenda da Extensão.
- Atualização permanente da agenda da Extensão na *Internet*.
- Incentivo à divulgação dos projetos de Extensão em Fóruns, Seminários, Congressos, etc.
- Realização dos Seminários de Extensão da UFU.
- Realização de reuniões temáticas com as Coordenações ou Comissões de Extensão das Unidades Acadêmicas.
- Garantia da continuidade ao Dia Dex, realizando-o pelo menos uma vez a cada semestre.

---

**Estabelecer uma estrutura administrativa de efetivo apoio às ações de extensão.**

- Garantia de continuidade da ASPEX - Assessoria a Projetos de Extensão para elaboração de projetos, documentos e divulgação.
- Fortalecimento da gerência administrativa da PROEX, em busca de melhores controle financeiro dos projetos e ações em andamento, tais como aqueles resultantes de convênios.
- Atualização permanente dos bancos de dados gerenciais administrativos e acadêmicos, tais como o SIEX, Especialidades, BIBEX, Projetos Realizados, etc.
- Publicação do Manual da Extensão.
- Elaboração e impressão do CDROM da Extensão da UFU, como portfólio institucional, mantendo-o atualizado.
- Ampliação das instalações e oferta de serviços do Laboratório Avançado de Projetos de Extensão, criando unidade no Campus Umuarama e dentro da própria comunidade.
- Ampliação da REDEX – Rede de Informática da Extensão.
- Estabelecimento de competências administrativas nas ações extensionistas.
- Ampliação da troca de informações, entre as Universidades, via informática, das ações extensionistas.
- Garantia de continuidade do controle de emissão de certificados de extensão, com registro em banco de dados.
- Composição e qualificação do quadro de recursos humanos da PROEX.

---

**Estimular a participação popular organizada como elemento indispensável para que seja cumprida a relação transformadora Universidade/Sociedade.**

- Incentivo à participação da Instituição junto aos setores organizados da sociedade, buscando a integração do saber em busca de soluções para os problemas da comunidade;
- Incentivo à participação em eventos artístico-científico-culturais.

- Integração com as Associações de moradores e Organizações não governamentais da região, veiculando programas e informações relativas à extensão e à UFU e realizando atividades em parceria.
- Realização anual de mostra das Ações de Extensão dirigida à comunidade.
- Criação do Fórum Permanente de participação da Comunidade junto às atividades extensionistas da UFU.

---

**Fortalecer as ações de Extensão como suporte para uma educação comprometida com o processo de cidadania.**

- Desenvolvimento e apoio às iniciativas que favoreçam a formação profissionais comprometidas com a melhoria da qualidade de vida da população.
- Apoio ao desenvolvimento de programas, projetos e atividades relativos a direitos humanos e cidadania.
- Participação em movimentos locais, regionais e nacionais em busca da erradicação do analfabetismo, da violência e de outras mazelas sociais, em parceria com entidades públicas ou privadas, ONGs ou agências governamentais.
- Realização do Projeto UFU Aberta anualmente.
- Garantia de continuidade às ações desenvolvidas em parceria com outras IES Mineiras na área do trabalho social, na região e no norte de Minas Gerais.

---

**Ampliar a participação democrática e a representatividade da UFU na comunidade e região, tendo em vista o processo de desenvolvimento local e regional.**

- Participação efetiva nos eventos da região.
- Divulgação ampla das atividades desenvolvidas entre a UFU e a comunidade da região.
- Fortalecimento do Setor Interação Universidade-Empresa.
- Participação dos Conselhos Municipais, das Entidades Representativas, tais como Conselho de Turismo, Conselho de Educação da FIEMG, etc.
- Expansão das ações extensionistas para a região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba através de projetos de ações integradas de desenvolvimento regional.
- Incentivo ao desenvolvimento de atividades culturais.
- Utilização dos espaços da Rádio e Televisão Universitária para o desenvolvimento de programas de educação continuada e a distância, informações educativo-culturais e de lazer.
- Apoio e participação das atividades ligadas ao Projeto Tecnópolis e demais ações semelhantes, como o Projeto Cresce Minas da FIEMG.
- Incentivo e apoio a projetos de Extensão Universitária junto às escolas de Ensino Fundamental e Médio e às Secretarias Municipais e Estaduais.

---

**Promover a integração entre o Ensino, a Pesquisa e a Extensão.**

- Incentivo às ações que visam mecanismos para as adaptações ou reformulações curriculares que objetivem a concretização da relação Ensino-Pesquisa-Extensão.
- Institucionalização da participação de estudantes nos programas, projetos e atividades de extensão como integralização curricular.



- Incentivo às ações em torno das áreas temáticas aprovadas pelo Fórum Nacional de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras.
- Estímulo à difusão do conhecimento extensionista nos eventos científicos das outras áreas e a realização de Seminários de Integração Ensino, Pesquisa e Extensão.

---

**Realizar a avaliação das ações de Extensão desenvolvidas na Instituição.**

- Participação no processo de avaliação dos Cursos de Graduação, visando diagnosticar e incrementar suas ações extensionistas, em busca da integração ensino-pesquisa-extensão.
- Cumprimento das resoluções internas referentes à avaliação da extensão.
- Institucionalização do Programa de Avaliação da Extensão - PAEx - UFU.

---

**Promover o fortalecimento das áreas temáticas.**

- Fortalecimento do Setor Coral.
- Incentivo ao desenvolvimento de atividades culturais.
- Incentivo à captação de recursos para a área de cultura, junto aos órgãos de fomento específicos.
- Apoio a eventos realizados pelos Museus da UFU.
- Apoio a atividades culturais promovidas pelas unidades acadêmicas da UFU.
- Cooperação e associação a entidades públicas para a realização de concursos e outras ações culturais.

Isto posto, acreditamos que recuperaremos, a médio e longo prazo, os pilares que sustentam a extensão na UFU, sem a dependência direta em cada um deles para a realização das ações extensionistas, e sim buscando o desafio de integrá-los, uma vez que a infraestrutura encontra-se implantada para a institucionalização.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 5 DE OUTUBRO DE 1988. *Manuais de Legislação Atlas*. v. 1, São Paulo: Atlas, 1988, 180 p.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. *Enfrentar e vencer desafios*. Brasília: MEC/SESu, abril, 39 p.

CARRIJO, Inês Luci Machado & MORAES FILHO, Waldenor Barros. Em Busca da institucionalização da Extensão na UFU. In: MORAES FILHO, Waldenor Barros (org.). *Anais: institucionalização da extensão universitária / Seminário de Extensão*. Uberlândia: UFU/PROEX, 2000, pp. 75-83.